POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná

1ª Versão - Fev/23

PARANÁ

APOIO TÉCNICO CIENTÍFICO
PIRONTI ADVOGADOS

Sumário

1. Introdução e Propósitos 02

2. Abrangência 02

3. Definições 03

4. Finalidades do Tratamento, Categorias de Dados e Titulares 04

5. Fundamentação Legal e Forma de Coleta 05

6. Compartilhamento de Dados 06

7. Armazenamento e Eliminação dos Dados Pessoais 07

8. Uso de Cookies no Site da OAB/PR 08

9. Melhores Práticas 08

10. Atendimento aos Direitos dos Titulares 09

11. Responsabilidade 10

12. Atualizações da Política 11

1. Introdução e Propósitos

Para além de um órgão de classe que regula e fiscaliza o exercício da advocacia brasileira, a Ordem dos Advogados do Brasil é uma defensora do Estado Democrático de Direito, da integridade da Ordem Jurídica, e dos direitos fundamentais constitucionalmente previstos. Fiel a este pressuposto, a Seccional do Paraná assume, igualmente, o compromisso incansável com a proteção dos dados pessoais, direito insculpido art. 5º, LXXIX, da Constituição Federal e regulamentado pela Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A presente Política de Privacidade, portanto, visa cumprir o referido objetivo, atribuindo transparência ao tratamento de dados pessoais realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná (OAB/PR), apresentando as diretrizes e boas práticas que são aplicadas na esfera de seu Sistema de Privacidade e Proteção de Dados e informando aos titulares a forma como a OAB/PR coleta, armazena e para quais finalidades utiliza essas informações.

Além disso, esta Política de Privacidade pretende expor o modo de atendimento aos direitos dos titulares de dados pessoais, orientando-os quanto ao acesso, retificação, exclusão de dados, transferência, limitação ou oposição ao tratamento, assim como, quando for possível, revogação do consentimento, em observância às disposições contidas na LGPD.

2. Abrangência

A presente Política de Privacidade se aplica a todas as operações de tratamento de dados pessoais realizados no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná, incluindo aquelas realizadas por suas respectivas subseções ou por terceiros que tratem dados em nome da OAB/PR.

3. Definições

Para fins de compreensão do presente documento, é importante ressaltar algumas definições previstas na LGPD, quais sejam:

Dado Pessoal

Art. 5º, I, LGPD

Informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, ou seja, quaisquer dados que permitam identificar, ainda que indiretamente, a pessoa física a qual eles pertencem.

Dado Sensível

Art. 5º, II, LGPD

Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político; dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Tratamento

Art. 5º, X, LGPD

Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração

Titular de Dados

Art. 5º, V, LGPD

Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

Controlador

Art. 5º, VI, LGPD

Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Operador

Art. 5º, VII, LGPD

Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Encarregado

Art. 5º, VIII, LGPD

Pessoa indicada pela OAB/PR responsável pelo atendimento às solicitações internas e dos titulares de dados pessoais referentes ao tratamento de dados pessoais, bem como as que possam vir da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

4. Finalidades do Tratamento, Categorias de Dados e Titulares

A OAB/PR possui o compromisso de apenas coletar e tratar os dados pessoais que sejam estritamente necessários para finalidades legítimas e relacionadas ao desenvolvimento das atividades e prestação de serviços à advocacia paranaense.

Dentre essas atividades, destacam-se as seguintes:

- Garantir a regulamentação da Advocacia
- Realizar a inscrição de novos Advogados
- Formalizar pedidos e protocolos
- Promover eventos relacionados à Presidência e às Comissões da OAB/PR
- Enviar e-mails sobre assuntos da Entidade ou de interesse dos associados
- Execução satisfatória dos contratos
- Cumprimento de obrigações legais
- Promover a gestão de benefícios
- Realizar a gestão de colaboradores, dentre outros

Para tanto, a OAB/PR poderá coletar e tratar dados pessoais comuns e sensíveis.

Exemplos de dados comuns coletados pela OAB/PR:



Exemplos de dados sensíveis coletados pela OAB/PR:



Além disso, para conhecimento, citam-se abaixo os principais titulares dos dados pessoais coletados por nós:



5. Fundamentação Legal e Forma de Coleta

A LGPD prevê, em seus arts. 7º e 11, as hipóteses legais para o tratamento de dados pessoais comuns e sensíveis, respectivamente, que estão diretamente relacionadas às finalidades de tratamentos.

Considerando as finalidades supramencionadas, que ensejam a utilização de dados pessoais por parte da OAB/PR, elencam-se a seguir as principais bases legais que amparam os tratamentos de dados na Instituição:

- **Art. 7º, II, LGPD:** Cumprimento de obrigação legal ou regulatória
- **Art. 7º, V, LGPD:** Execução de contratos
- **Art. 7º, VI, LGPD:** Exercício regular de direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais
- **Art. 7º, IX, LGPD:** Legítimo Interesse
- **Art. 7º, I e Art. 14º, LGPD:** Consentimento

Ainda, os dados pessoais tratados pela OAB/PR são coletados majoritariamente através das seguintes formas:



Fornecimento pelo Titular

Cadastro Interno por Colaboradores

Ofícios, Contratos e Protocolo Eletrônico

6. Compartilhamento de Dados

Em casos estritamente necessários, como para o atendimento de solicitações de autoridades administrativas, judiciais ou órgãos reguladores, ou ainda para a oferta de serviços e benefícios aos advogados e colaboradores da Seccional, a OAB/PR poderá compartilhar dados pessoais com terceiros.

Nestas hipóteses, os requisitos estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) serão integralmente observados, assim como as boas práticas de governança em privacidade sugeridas pelos órgãos de controle e associações técnico-profissionais, garantindo o direito à Privacidade e à Proteção de Dados de todos os titulares de dados pessoais coletados pela OAB/PR.

7. Armazenamento e Eliminação dos Dados Pessoais



Os dados pessoais tratados pela OAB/PR são armazenados em locais que asseguram a integridade e segurança da informação, sendo observadas as diretrizes da legislação de proteção de dados, bem como os guias práticos emitidos pela ANPD e orientações do Conselho Federal da OAB.

Os prazos de armazenamento dos dados passam pela análise dos setores internos da Entidade, observando os critérios legais, contratuais e regulatórios que determinam os períodos de retenção dos dados pessoais. Na eventual inexistência de previsão normativa, a informação é mantida por período razoável.





Encerrados os prazos de manutenção dos dados pessoais, a OAB/PR realizará a destruição dos conteúdos armazenados fisicamente, dando aos resíduos a destinação correta, e excluirá dos respectivos sistemas as informações mantidas eletronicamente.

Ainda, importante ressaltar que a OAB/PR possui como compromisso tratar os dados coletados enquanto perdurar a finalidade originária de cada tratamento, observando o prazo indicado pelas legislações pertinentes, em razão de obrigação legal ou regulatória, e para exercício regular de direitos pela Entidade.

Quer saber o prazo específico para cada categoria de dados?
Entre em contato com o Encarregado de Dados da OAB/PR pelo e-mail:
privacidade@oabpr.org.br

8. Uso de Cookies no Site da OAB/PR



Cookies são arquivos inseridos nos navegadores de internet (Chrome, Mozilla, Internet Explorer, dentre outros) ou dispositivos eletrônicos, os quais contêm informações básicas do usuário acerca de sua navegação no site, como exemplo: endereço de IP e preferência de idioma.

A OAB/PR informa que os usuários podem optar por recusar ou desabilitar os cookies por meio das configurações próprias do seu navegador, ou através de plug-ins que realizem essa funcionalidade. Destaca-se, porém, que ao optar pela desabilitação dos cookies, alguns recursos do nosso site podem não funcionar corretamente.

9. Melhores Práticas

A OAB/PR compreende a importância da Privacidade e Segurança da Informação, principalmente em relação ao armazenamento dos dados pessoais e sensíveis que coleta, sobretudo, de advogados inscritos e colaboradores.

Por essa razão, a Seccional possui um Sistema de Privacidade que garante a aplicação de medidas organizacionais, técnicas e administrativas adequadas para proteger os dados coletados pela OAB/PR, através da manutenção e aprimoramento de seus rígidos controles e padrões de segurança, combatendo acessos desautorizados ou tratamentos diversos das finalidades legítimas.

A OAB/PR também realiza e mantém o mapeamento de dados, para avaliar quais tratamentos realiza, bem como as suas respectivas finalidades e justificativas legais. Em conjunto a esta atividade, a Seccional faz a análise dos riscos atrelados às atividades de tratamento de dados através de uma Matriz de Riscos pautada nas melhores práticas e normas instituí-

das por associações técnico-científicas reconhecidas internacionalmente (como as normas ISO/IEC das famílias 27000, 27700 e 31000), bem como elabora e monitora seus Relatórios de Impacto à Proteção de Dados, em atendimento aos arts. 37 e 38 da LGPD.

Da mesma forma, a OAB/PR está empenhada em implementar uma cultura de privacidade viva e efetiva dentro de sua estrutura, e, para tanto, adota uma estratégia contínua de conscientização e capacitação de seus colaboradores, tanto na Seccional quanto em suas subseções, garantindo o efetivo funcionamento de seu Sistema de Privacidade e Proteção de Dados.

10. Atendimento aos direitos dos Titulares

O respeito às Leis e a garantia dos direitos fundamentais é um dos princípios que direcionam a atuação da OAB/PR. Por isso, a Seccional tem o compromisso de atender às solicitações relacionadas aos direitos dos titulares de dados pessoais que com ela compartilham suas informações. Com este objetivo, lista-se adiante os direitos que podem ser exercidos pelo titular junto à OAB/PR:

- **Art. 18, I, LGPD:** Confirmar a existência de tratamento de dados pessoais e obter, a qualquer tempo, acesso aos seus dados
- **Art. 18, III, LGPD:** Obter a correção dos dados pessoais que estejam incompletos, inexatos ou desatualizados
- **Art. 18, IV, LGPD:** Quando aplicável, requerer a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD
- **Art. 18, VII, LGPD:** Requerer informações das entidades públicas e privadas com as quais a OAB/PR realizou uso compartilhado de dados

- **Art. 18, VI, LGPD:** Requerer a exclusão dos seus dados coletados e armazenados pela OAB/PR, desde que decorrido o prazo legal mínimo relacionado à guarda das respectivas informações

- **Art. 18, V, LGPD:** Em hipóteses específicas, solicitar a portabilidade dos dados a outro controlador, mediante sua requisição

- **Art. 18, VIII, LGPD:** Receber informação acerca da possibilidade de não oferecer o consentimento, nas hipóteses de tratamento fundamentadas na referida base legal, e as consequências dessa negativa.

- **Art. 18, VIII, LGPD:** Revogar o consentimento, quando aplicável, e requerer a eliminação dos dados tratados sob esse permissivo

11. Responsabilidade

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná (OAB/PR), na qualidade de controladora do tratamento dos dados pessoais informados nesta Política de Privacidade, é responsável por mantê-los seguros, além de realizar o tratamento dos dados em observância aos limites informados aos titulares, e combater o acesso não autorizado por terceiros, a fim de resguardar a Privacidade e Segurança dos titulares.

Dessa forma, a Seccional preza pelo agir transparente, comprometendo-se a cumprir com todo o conteúdo desta Política de Privacidade, e garantindo que os direitos dos titulares de dados pessoais sejam exercidos nos exatos parâmetros estabelecidos pelas legislações pertinentes, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), através dos canais de atendimento disponibilizados a seguir.

Canais de Comunicação

Em caso de dúvidas, inclusive para o exercício de direitos como titular de dados pessoais, os titulares poderão entrar em contato com o Encarregado de Dados da OAB/PR através do e-mail **privacidade@oabpr.org.br**.

Caso o titular de dados pessoais não tenha acesso a e-mail, orienta-se que entre em contato pelo número (41) 3250-5701, para registro de sua solicitação.

Agente de Tratamento

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 77.538.510/0001-41, com sede na Rua Brasilino Moura, 253, Ahú, CEP 80540-340, Curitiba/PR.

12. Atualizações da Política

A presente Política de Privacidade poderá sofrer alterações, a fim de assegurar o princípio da transparência e da melhor adequação às normas vigentes. Nesta hipótese, o documento será disponibilizado através do site ou outros meios, como o e-mail.

Nesse sentido, a OAB/PR recomenda a todos os interessados que observem periodicamente o teor desta Política, a fim de se manterem atualizados sobre suas práticas de privacidade.

OAB
PARANÁ

APOIO TÉCNICO CIENTÍFICO
PIRONTI ADVOGADOS